



LEI Nº 2.537, DE 01 DE JULHO DE 2020

“Altera a legislação que instituiu o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho e dá outras providências”.

O Povo do Município de Brumadinho, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, nos termos do art. 167, IX, da Constituição Federal, e dos artigos 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/64, o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho - FUMPAC, com a finalidade de prestar apoio financeiro a projetos e ações destinados à educação, promoção, preservação, manutenção, salvaguarda e conservação do patrimônio cultural brumadinhense.

Art. 2º A movimentação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal ao Patrimônio Cultural - FUMPAC, serão deliberados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho.

Art. 3º O Fundo funcionará junto à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, que será o seu órgão executor.

Art. 4º O Fundo Municipal de Patrimônio Cultural - FUMPAC destina-se:

- I. Ao fomento das atividades relacionadas ao patrimônio cultural brumadinhense, visando à promoção das atividades de educação, valorização, manutenção, promoção, preservação, conservação e salvaguarda do patrimônio cultural;
- II. À guarda, conservação, salvaguarda, preservação e restauro dos bens culturais protegidos existentes no município;





- III. Ao treinamento e capacitação de integrantes do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho e demais servidores dos órgãos municipais;
- IV. À manutenção e criação de serviços de apoio à proteção do patrimônio cultural no Município;
- V. A Programas e projetos de educação para o patrimônio cultural no Município.

Art. 5º Constituirão recursos do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural:

- I. Dotações orçamentárias e créditos adicionais que lhe forem destinados pelo Município;
- II. Contribuições, transferências de pessoas físicas ou jurídicas, instituições públicas ou privadas, subvenções, repasses e donativos em bens ou em espécie;
- III. O produto das multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas contra o patrimônio cultural brumadinhense;
- IV. Os rendimentos provenientes da aplicação dos seus recursos;
- V. O valor integral dos repasses recebidos pelo Município a título do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, no critério Patrimônio Cultural;
- VI. As resultantes de convênios, contratos ou acordos firmados com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- VII. Rendimentos provenientes de suas operações ou aplicações financeiras;
- VIII. Quaisquer outros recursos ou rendas que lhe sejam destinados.

Art. 6º Os recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural serão depositados em conta especial, em instituição financeira.

Parágrafo único. O eventual saldo não utilizado pelo Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, será transferido para o próximo exercício, a seu crédito.





Art. 7º Os recursos do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural serão aplicados:

- I. Nos programas, projetos e ações de promoção, conservação, restauração, salvaguarda e preservação de bens culturais protegidos, existentes no Município;
- II. Na promoção, fomento e financiamento de ações de educação para o patrimônio cultural no Município;
- III. Em estudos e pesquisas que promovam o patrimônio cultural brumadinhense;
- IV. Nos programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos dos serviços de apoio à cultura e dos membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho;
- V. Na aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo destinados ao desenvolvimento das atividades do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho;
- VI. Em outros programas e/ou projetos envolvendo o patrimônio cultural de Brumadinho.

Parágrafo único. Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural deverá haver estrita observância das exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Art. 8º Poderão ser apresentados ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho projetos que visem ao resgate, valorização, manutenção, conservação, restauro, promoção, salvaguarda e preservação do patrimônio cultural local.

Parágrafo único. Todas as ações que visam ser financiados pelo Fundo Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho deverão ser apresentadas ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho, o qual terá competência para dar parecer aprovando, indeferindo ou propondo alterações ao projeto original.





Art. 9º A Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Brumadinho apresentará anualmente, em reunião do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho em exercício, um plano de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural, a ser apreciado pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho, o qual terá competência para dar parecer aprovando, indeferindo ou propondo alterações ao projeto original.

Art. 10. Serão aplicadas ao Fundo Municipal de Patrimônio Cultural as normas legais de controle, prestação e tomadas de contas em geral, sem prejuízo ao cofre público municipal.

§ 1º É vedada a destinação/aplicação dos recursos financeiros do Fundo em despesas com pessoal e com serviços de atribuição do Município.

§ 2º Na destinação/aplicação dos recursos do Fundo deverá haver estrita observância das exigências licitatórias, fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Brumadinho a realização de inspeções e auditorias objetivando acompanhar a execução dos projetos aprovados e as respectivas prestações de contas, bem como solicitar dados e informações que otimizem o monitoramento, o aperfeiçoamento e a avaliação das ações e projetos vinculados ao Fundo Municipal de Patrimônio Cultural.

Art. 11. Os relatórios de execução das atividades, receitas e despesas do Fundo Municipal de Patrimônio Cultural serão apresentados anualmente pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Brumadinho ao Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Brumadinho, em reunião do ano em exercício.

Art. 12. Ocorrendo a extinção do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural, os bens permanentes adquiridos com recursos públicos serão incorporados ao patrimônio público municipal.





Art. 13. O funcionamento, a gestão e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Patrimônio Cultural pautar-se-ão pela estrita observância aos princípios da legalidade, economicidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, finalidade, motivação, razoabilidade, eficiência, ampla defesa, contraditório, transparência, probidade, decoro e boa-fé, estando os seus gestores e beneficiários sujeitos à responsabilização administrativa, civil e penal, em caso de prática de ato ilícito.

Art. 14. Fica revogada a Lei Municipal nº 1.744, de 18 de agosto de 2009.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brumadinho, em 01 de julho de 2020.

Avimar de Melo Barcelos

Prefeito Municipal

